



IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO JURÍDICO: UM ESTUDO SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA

Alexandre Taylon Raposo Moreira

alexandreraipo662@gmail.com

Dannilo Jorge Escorcio Halabe

EDUFOR/ ESTÁCIO

dannhalabe@gmail.com

RESUMO

A psicologia jurídica ganhou relevância no Brasil por sua atuação integrada ao sistema de justiça, promovendo uma abordagem mais humanizada em casos que envolvem conflitos emocionais e psicológicos. A identidade profissional do psicólogo jurídico construiu-se a partir da articulação entre saberes jurídicos e psicológicos, exigindo competências específicas para lidar com questões que vão do direito de família a processos criminais e civis. Este trabalho tem como objetivo geral investigar os desafios éticos e práticos enfrentados pelos psicólogos jurídicos em sua atuação no sistema de justiça, buscando identificar soluções para aprimorar sua prática e fortalecer sua identidade profissional. Como problema de pesquisa, questiona-se: como a identidade do psicólogo jurídico, moldada pela formação, experiência e desafios éticos, contribui para o sistema de justiça no Brasil e impacta decisões judiciais em casos relacionados à saúde mental e ao bem-estar? A escolha do tema justifica-se pela crescente relevância da atuação psicológica no campo jurídico. A pesquisa, de caráter descritivo e bibliográfico, visa contribuir com a consolidação da identidade desse profissional, ao identificar dificuldades enfrentadas e propor estratégias de aprimoramento. Destaca-se, entre os principais resultados, a crescente importância do psicólogo jurídico diante das complexas demandas do sistema legal, sobretudo na compreensão do comportamento humano em processos judiciais. Uma de suas contribuições mais significativas ocorre no âmbito do direito de família, em especial em disputas de guarda, adoção e medidas protetivas, reafirmando o papel fundamental desse profissional na promoção de decisões judiciais mais sensíveis e justas.

Palavras-chave: Psicologia jurídica. Identidade profissional. Psicólogo jurídico. Sistema de justiça. Avaliação psicológica forense.

ABSTRACT

Legal psychology has gained relevance in Brazil due to its integration with the justice system, promoting a more humanized approach in cases involving emotional and psychological conflicts. The professional identity of the legal psychologist has been shaped through the intersection of legal and psychological knowledge, requiring specific skills to deal with issues ranging from family law to criminal and civil proceedings. This study aims to investigate the ethical and practical challenges faced by legal psychologists in their work within the justice system, seeking to identify solutions to improve their professional practice and strengthen their identity. The research problem is as follows: how does the identity of the legal psychologist—shaped by academic training, professional experience, and ethical challenges—contribute to the Brazilian justice system and impact judicial decisions in cases involving mental health and

well-being? The relevance of the topic is justified by the increasing importance of psychological work in the legal field. This descriptive and bibliographic research intends to support the consolidation of the legal psychologist's identity by identifying challenges and proposing improvement strategies. Among the main findings, the growing significance of this professional stands out, especially in understanding human behavior in legal proceedings. One of the most important contributions of legal psychologists occurs in family law, particularly in custody disputes, adoption processes, and protective measures, reinforcing their fundamental role in promoting more sensitive and fair judicial decisions.

Keywords: Legal psychology. Professional identity. Legal psychologist. Justice system. Forensic psychological assessment.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia jurídica é uma área de atuação que vem ganhando destaque no cenário brasileiro, especialmente no que se refere à sua interação com o sistema de justiça. O psicólogo jurídico exerce um papel essencial na mediação de conflitos, na avaliação de pessoas envolvidas em processos judiciais e na elaboração de laudos que podem influenciar diretamente nas decisões dos tribunais. Esse campo de atuação exige um profundo entendimento não só das leis, mas também dos aspectos psicológicos que afetam o comportamento humano em contextos judiciais. Com isso, a identidade profissional do psicólogo jurídico se constrói a partir de uma combinação complexa de saberes psicológicos e jurídicos (Nakamura & Melo-Silva, 2023).

A construção da identidade profissional do psicólogo jurídico é um processo contínuo, que envolve o desenvolvimento de habilidades específicas para lidar com questões que envolvem a aplicação da justiça. Essa identidade é moldada por fatores como a formação acadêmica, a experiência profissional e o contato direto com casos reais que desafiam a prática psicológica no âmbito legal. Além disso, a atuação do psicólogo jurídico demanda uma compreensão ética e técnica das particularidades que envolvem cada situação, desde casos de guarda e tutela de menores até a avaliação de criminosos. O campo exige, portanto, um conhecimento profundo das dinâmicas do comportamento humano e das normas legais que norteiam o sistema de justiça (Moreira Jacob & Sobral, 2024).

As contribuições do psicólogo jurídico para o sistema de justiça são diversas e impactam diretamente o processo de tomada de decisão dos magistrados. Um dos principais papéis desse profissional é fornecer uma análise técnica e objetiva sobre o estado psicológico dos envolvidos em um caso judicial. A avaliação psicológica realizada pelo psicólogo jurídico pode auxiliar na determinação da capacidade mental

de um réu, na avaliação de traumas em vítimas de crimes e na mediação de conflitos em disputas familiares. Além disso, o psicólogo pode atuar na orientação de juízes e promotores sobre as condições psicológicas que devem ser consideradas ao longo de um processo judicial (Ferreira, 2024).

O psicólogo jurídico também desempenha uma função educativa dentro do sistema de justiça, fornecendo esclarecimentos aos operadores do direito sobre conceitos e teorias da psicologia que podem influenciar o julgamento de casos. Essa troca de conhecimentos entre as áreas do direito e da psicologia é fundamental para garantir que as decisões judiciais sejam justas e embasadas em uma compreensão completa dos fatores humanos envolvidos. Ao participar de audiências, perícias e consultas com vítimas e réus, o psicólogo jurídico contribui para uma abordagem mais humanizada e técnica dos processos judiciais.

A identidade profissional do psicólogo jurídico está em constante evolução, sendo moldada pelas demandas do sistema de justiça e pela própria dinâmica social. O reconhecimento de suas contribuições para o sistema de justiça reforça a importância de sua presença em processos legais e realça o valor da interdisciplinaridade entre psicologia e direito. A psicologia jurídica, portanto, não apenas enriquece o campo da justiça com novas perspectivas, mas também transforma o papel do psicólogo em um agente essencial para a promoção de uma justiça mais equânime e fundamentada no entendimento profundo da psique humana (Cavalcante, 2020).

A atuação do psicólogo jurídico no Brasil se destaca pela relevância de sua contribuição nos processos judiciais, especialmente ao oferecer uma compreensão ampla dos aspectos psicológicos que permeiam casos de direito de família, penal e civil. Contudo, a construção de uma identidade profissional sólida para o psicólogo jurídico ainda encontra desafios significativos, em especial pela necessidade de delimitação de papéis e competências específicos frente às demandas do sistema de justiça, como apontado por Silva e Pinto (2024).

Essa necessidade se torna ainda mais urgente em um contexto no qual o psicólogo jurídico lida com casos complexos que exigem, ao mesmo tempo, um olhar técnico e ético sobre questões como a psicopatia e a saúde mental. Questiona-se, então, como a identidade profissional do psicólogo jurídico, moldada pela formação acadêmica, experiência profissional e desafios éticos, contribui para o sistema de

justiça no Brasil e impacta as decisões judiciais em casos que envolvem saúde mental e bem-estar?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL

A Psicologia Jurídica é uma área relativamente nova dentro da Psicologia, que vem ganhando espaço no Brasil especialmente a partir do final do século XX. Sua origem está intimamente ligada à necessidade de uma abordagem mais humanizada e científica no tratamento de questões legais, que envolvem fatores emocionais e comportamentais dos indivíduos em litígios judiciais. O surgimento dessa área se deu pela percepção de que o sistema jurídico, por si só, não poderia abarcar toda a complexidade dos casos que envolvem aspectos psicológicos profundos, como a avaliação de criminosos, vítimas de violência, menores em situação de risco, entre outros (Forlin & Baade, 2024).

No Brasil, a Psicologia Jurídica começou a se consolidar como um campo de atuação específico com o desenvolvimento das ciências sociais e a crescente demanda por especialistas que pudessem colaborar com o sistema de justiça. A necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que pudesse aliar os conhecimentos da Psicologia ao Direito, fez com que, gradativamente, os psicólogos passassem a ser requisitados em processos judiciais. No entanto, a prática começou de maneira informal, muitas vezes sem regulamentação clara ou formação acadêmica direcionada, o que levou à atuação de psicólogos em tribunais e instituições prisionais, ainda que sem um reconhecimento formalizado (Moreira Jacob & Sobral, 2024).

Foi a partir da década de 1970 que o campo da Psicologia Jurídica começou a se estruturar de forma mais organizada no Brasil, acompanhando o movimento global de integração das ciências humanas às práticas jurídicas. A criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1971, foi um marco importante para a regulamentação da profissão de psicólogo no país, incluindo as diferentes áreas de atuação, entre elas a Psicologia Jurídica (Muniz & Nascimento, 2008). Ainda assim, o reconhecimento da atuação específica na área jurídica só começou a ganhar forma nas décadas seguintes, com o desenvolvimento de pesquisas e a criação de cursos

de especialização que uniam os conhecimentos das áreas de Psicologia e Direito (Forli & Baade, 2024).

A institucionalização da Psicologia Jurídica se fortaleceu a partir da década de 1990, com a criação de centros de apoio e estudos em Psicologia Jurídica em universidades brasileiras. Esses centros passaram a oferecer cursos de pós-graduação e especializações voltadas exclusivamente para a formação de psicólogos que atuavam no campo jurídico. Além disso, começaram a surgir associações e congressos dedicados à discussão sobre os limites e possibilidades da atuação do psicólogo no sistema de justiça. A partir desse movimento, foi possível consolidar a identidade do psicólogo jurídico como um profissional capaz de mediar entre as necessidades da justiça e a compreensão dos fenômenos psíquicos dos indivíduos envolvidos nos processos judiciais.

Um marco importante no processo de regulamentação da Psicologia Jurídica no Brasil foi a Resolução CFP n.º 08/2010, que estabelece as diretrizes para a atuação do psicólogo em contextos jurídicos. Essa resolução definiu os parâmetros éticos e técnicos que orientam a prática do psicólogo jurídico, enfatizando a importância de uma atuação baseada em conhecimentos científicos, além de delimitar as funções do profissional em diferentes áreas, como criminal, cível e familiar. A partir dessa regulamentação, a Psicologia Jurídica passou a ser mais reconhecida e valorizada no Brasil, consolidando-se como uma área essencial para a promoção da justiça e a garantia de direitos (Oliveira, Moreira & Natividade, 2020).

Atualmente, a Psicologia Jurídica é uma área em constante expansão, presente em diversas instituições como tribunais, varas de infância e juventude, delegacias, presídios e instituições de acolhimento. Os psicólogos jurídicos desempenham funções de extrema relevância para o sistema de justiça, como a elaboração de laudos psicológicos, perícias, mediação de conflitos, avaliação de perfis criminais e apoio psicossocial a vítimas e testemunhas. A atuação desse profissional tem contribuído de forma significativa para uma abordagem mais sensível e humanizada das questões legais, garantindo que as decisões judiciais levem em consideração os fatores psicológicos que impactam os envolvidos nos processos (Moreira Jacob & Sobral, 2024).

A evolução da Psicologia Jurídica no Brasil reflete o reconhecimento da importância da interdisciplinaridade no sistema de justiça. A cada ano, o campo se fortalece, com uma maior oferta de cursos, pesquisas e a participação ativa de

psicólogos em contextos jurídicos. Ao longo dos últimos anos, a área vem ganhando reconhecimento social e institucional, destacando-se como uma profissão que não apenas auxilia o sistema judiciário, mas que também promove uma visão mais ampla e integradora sobre os direitos humanos e a dignidade dos indivíduos no contexto jurídico (Nakamura & Melo-Silva, 2023).

2.2 FORMAÇÃO ACADÊMICA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

A formação acadêmica desempenha um papel fundamental na construção da identidade profissional do psicólogo jurídico, pois é durante o processo de educação formal que são adquiridos os conhecimentos teóricos e práticos essenciais para o exercício da profissão. A construção dessa identidade não se limita apenas ao aprendizado técnico, mas também envolve a internalização de valores éticos, posturas profissionais e habilidades interdisciplinares necessárias para atuar no campo jurídico. A formação acadêmica do psicólogo jurídico no Brasil tem evoluído ao longo dos anos, acompanhando as demandas do sistema de justiça e a necessidade de uma atuação mais humanizada e científica no tratamento de questões legais.

Historicamente, os cursos de Psicologia no Brasil não ofereciam uma formação específica para a área jurídica, e os profissionais que desejavam atuar nesse campo precisavam buscar especializações após a graduação. Isso começou a mudar nas últimas décadas, com a criação de cursos de pós-graduação, especializações e disciplinas voltadas especificamente para a Psicologia Jurídica. Tais programas têm o objetivo de formar psicólogos capacitados para atuar em diversas áreas do sistema de justiça, como tribunais, varas de família, presídios e delegacias, além de preparar esses profissionais para lidar com a complexidade das interações entre as ciências humanas e o direito (Cavalcante, 2020).

A formação acadêmica voltada para a Psicologia Jurídica inclui disciplinas que abrangem tanto os aspectos psicológicos quanto os jurídicos. Entre os temas abordados estão: psicopatologia, psicodiagnóstico, avaliação psicológica, direito da infância e juventude, direito penal, mediação de conflitos, e elaboração de laudos e pareceres psicológicos. Além disso, a prática de estágios supervisionados em contextos jurídicos é essencial para que o futuro profissional desenvolva habilidades práticas, como a condução de entrevistas, a avaliação de perfis psicológicos e a

elaboração de relatórios técnicos que possam subsidiar as decisões judiciais (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Essa formação interdisciplinar é essencial para que o psicólogo jurídico possa atuar de maneira efetiva e ética dentro do sistema de justiça. A Psicologia Jurídica requer uma compreensão aprofundada dos fenômenos psicológicos, bem como um conhecimento sólido das legislações que regem os diferentes âmbitos do direito. O desenvolvimento da identidade profissional, portanto, se dá na confluência entre o conhecimento técnico da Psicologia e a compreensão das demandas e limitações do sistema de justiça. Ao se formar, o psicólogo jurídico deve ser capaz de avaliar, interpretar e propor intervenções que levem em consideração tanto os aspectos psicológicos quanto às normas jurídicas aplicáveis a cada caso.

Outro aspecto importante da formação acadêmica na construção da identidade profissional é a ética. O psicólogo jurídico lida com questões sensíveis e complexas, como a saúde mental de réus e vítimas, a guarda de menores, violência doméstica e avaliações criminais, o que exige uma postura ética rigorosa e uma compreensão das implicações de suas avaliações e pareceres no contexto judicial. Por isso, os programas de formação dão ênfase ao desenvolvimento de uma conduta ética sólida, que possa orientar o profissional em suas decisões, garantindo que sua prática seja pautada pela integridade e pelo respeito aos direitos humanos (Silva & Pinto, 2024).

Portanto, a formação acadêmica é um elemento central na construção da identidade profissional do psicólogo jurídico, influenciando diretamente sua capacidade de atuar de maneira competente e ética no sistema de justiça. Com a crescente oferta de programas de formação específicos e a evolução da prática da Psicologia Jurídica no Brasil, essa área tem se consolidado como um campo de atuação essencial para a promoção de uma justiça mais humanizada e científica.

Os psicólogos jurídicos frequentemente enfrentam dilemas éticos ao conduzir suas avaliações e elaborar laudos que podem influenciar decisivamente as decisões judiciais. Segundo Medeiros, Araújo, Ramalho, Santos e Diniz (2024), a ética é um dos pilares mais desafiadores na atuação desses profissionais, que devem equilibrar os preceitos da psicologia com as exigências legais e expectativas do sistema judiciário. Esse campo de atuação impõe ao psicólogo jurídico uma reflexão constante sobre sua prática, a fim de evitar que diagnósticos e pareceres sejam mal interpretados ou utilizados de forma a prejudicar os envolvidos, especialmente em casos que envolvem vulnerabilidades psicológicas.

Outro aspecto relevante na formação da identidade do psicólogo jurídico é a influência de sua formação acadêmica e experiência profissional, fatores que impactam diretamente na capacidade de atuar de forma assertiva e ética no sistema de justiça. A escassez de cursos especializados e a falta de uma regulamentação clara para a atuação desses profissionais agravam a insegurança sobre quais práticas são aceitáveis e quais são os limites de sua intervenção, conforme observado por Silva e Pinto (2024). Essa carência de diretrizes também compromete a percepção social do papel do psicólogo jurídico, dificultando o fortalecimento de sua identidade e o reconhecimento de sua importância no meio jurídico.

O impacto das avaliações e laudos realizados pelos psicólogos jurídicos nos processos judiciais suscita uma análise detalhada, considerando que decisões relacionadas ao bem-estar mental e emocional das partes envolvidas podem depender fortemente desses documentos. Como enfatizam Medeiros et al. (2024), os laudos periciais de psicólogos jurídicos têm um peso significativo nas decisões judiciais, especialmente em áreas sensíveis como o direito de família, em que o julgamento pode definir a guarda de menores ou o acompanhamento de medidas protetivas. Assim, a atuação ética desses profissionais é fundamental para promover um sistema de justiça que considere a complexidade dos fatores humanos em suas decisões.

3 MÉTODO

A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que busca compreender os fenômenos sociais a partir da subjetividade dos sujeitos, valorizando os significados, experiências e contextos em que estão inseridos. Quando orientada pelo materialismo histórico-dialético, essa pesquisa assume uma perspectiva crítica, entendendo que a realidade social é construída historicamente e é marcada pela dialética.

Nesse sentido, o pesquisador não se limita à descrição dos fenômenos, mas busca compreender suas causas estruturais, considerando as relações de poder, a dinâmica das forças produtivas e a transformação constante da sociedade. Assim, a pesquisa qualitativa, guiada pelo materialismo histórico-dialético, contribui para uma análise profunda e crítica da realidade, com o objetivo de promover mudanças sociais.

A técnica de pesquisa é a revisão bibliográfica, que visa investigar e analisar a identidade profissional do psicólogo jurídico e suas contribuições para o sistema de justiça. A revisão bibliográfica é um método essencial para compreender o estado da arte sobre um tema, pois permite identificar e reunir as principais teorias, estudos e dados já publicados, proporcionando uma visão ampla e fundamentada da temática abordada.

Esta pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca explorar o tema da identidade profissional do psicólogo jurídico, além de descrever suas principais contribuições para o sistema de justiça com base em estudos e publicações pré-existentes. O objetivo principal foi compreender como essa identidade profissional se constrói, quais são os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam na interface entre a psicologia e o direito, e como suas práticas impactam o funcionamento do sistema judicial.

A revisão bibliográfica foi conduzida por meio de consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais disponíveis em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Periódicos CAPES, PePSIC, Google Scholar, além de consultas em sites institucionais como o do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e outras organizações relacionadas ao tema. As palavras-chave utilizadas para a busca foram: "psicologia jurídica", "identidade profissional do psicólogo jurídico", "contribuições do psicólogo jurídico", "sistema de justiça", "psicologia e direito", e "avaliação psicológica forense".

Os critérios de inclusão para a seleção das referências bibliográficas foram: publicações que abordem diretamente a atuação do psicólogo jurídico no Brasil e no mundo, estudos que discutam a construção da identidade profissional do psicólogo jurídico, e pesquisas que tratem das contribuições desse profissional para o sistema de justiça em áreas como direito de família, criminal, cível e violência doméstica. Serão priorizados artigos publicados nos últimos 20 anos, devido à relevância da contemporaneidade dos dados, além de materiais que sejam acessíveis em formato digital. Foram excluídas publicações que não apresentaram um conteúdo diretamente relacionado à psicologia jurídica, ou que não abordem de forma clara a atuação e as contribuições do psicólogo jurídico para o sistema de justiça. Também foram desconsideradas publicações que não estavam disponíveis em formato integral ou que apresentassem dados desatualizados.

A análise dos materiais foi realizada a partir de uma leitura crítica e sistemática das publicações selecionadas. O foco foi identificar os principais aspectos relacionados à construção da identidade profissional do psicólogo jurídico e às suas contribuições no sistema de justiça. Os dados obtidos foram organizados em categorias temáticas que permitam uma melhor compreensão dos resultados encontrados, como: "formação acadêmica e identidade profissional", "papel do psicólogo jurídico em diferentes áreas do direito", e "impacto das avaliações psicológicas nas decisões judiciais". Essas categorias foram discutidas em consonância com os objetivos da pesquisa, a fim de oferecer uma análise aprofundada e embasada sobre o tema. Os resultados da revisão bibliográfica permitirão uma compreensão mais ampla das práticas profissionais do psicólogo jurídico e de como sua atuação pode influenciar e melhorar o funcionamento do sistema de justiça.

A metodologia de revisão bibliográfica, apesar de ser eficiente para mapear o conhecimento já existente sobre um determinado tema, apresenta algumas limitações. Entre elas, está a dificuldade de incluir publicações não indexadas ou de acesso restrito, o que pode limitar o alcance da pesquisa. Além disso, a revisão não permitiu a coleta de dados primários ou a realização de estudos empíricos, sendo uma análise exclusivamente teórica baseada em materiais previamente publicados.

A revisão bibliográfica se mostra uma metodologia adequada para o estudo da identidade profissional do psicólogo jurídico, pois permite explorar um tema complexo e em constante evolução, agregando conhecimento já consolidado na literatura. Através dessa abordagem, será possível fornecer uma análise crítica sobre as contribuições desse profissional para o sistema de justiça, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e práticas na área da Psicologia Jurídica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atuação do psicólogo jurídico no sistema de justiça brasileiro tem se mostrado cada vez mais relevante, dada a complexidade das demandas que envolvem a compreensão do comportamento humano em processos legais. Ao longo dos anos, o papel do psicólogo jurídico evoluiu de uma função meramente assessorial para uma participação ativa nas decisões judiciais, oferecendo um olhar especializado sobre

questões que envolvem saúde mental, relações familiares, comportamentos criminosos e outros fatores psicológicos que afetam os envolvidos em processos judiciais. Essa contribuição se dá tanto por meio de avaliações psicológicas quanto pela elaboração de laudos, perícias e pareceres técnicos que podem influenciar o desfecho de processos civis e criminais (Lemes & Ferreira, 2021).

Uma das principais contribuições do psicólogo jurídico está na sua atuação em casos de direito de família, especialmente em processos que envolvem disputas de guarda, adoção e medidas protetivas para menores. Nesses contextos, o psicólogo realiza avaliações psicológicas tanto das crianças quanto dos pais ou responsáveis, identificando fatores que possam influenciar o bem-estar emocional dos menores. Além disso, o psicólogo jurídico atua como mediador de conflitos familiares, facilitando a comunicação entre as partes e promovendo soluções mais harmoniosas e favoráveis ao desenvolvimento psicológico das crianças envolvidas. Essa atuação, auxilia o judiciário na tomada de decisões mais justas e equilibradas, contribuindo para a promoção de um ambiente familiar mais saudável (Schutz, Souza Neto, Farina & Irigaray, 2023).

No âmbito criminal, as contribuições do psicólogo jurídico são igualmente significativas. Ele é frequentemente chamado para avaliar a saúde mental de réus e vítimas, oferecendo subsídios que auxiliam os juízes a compreenderem melhor as motivações por trás de determinados comportamentos. Por meio de avaliações psiquiátricas e psicológicas, o psicólogo pode determinar, por exemplo, se um réu apresenta transtornos mentais que afetem sua responsabilidade penal, ou se uma vítima de violência apresenta traumas psicológicos que demandam atenção especial no processo. Além disso, o psicólogo jurídico é capaz de fornecer orientações sobre as condições necessárias para a ressocialização de indivíduos condenados, indicando intervenções psicológicas que possam ser aplicadas no sistema prisional para a reabilitação dos detentos (Souza & Santos, 2013).

Outro campo de atuação do psicólogo jurídico é a área da violência doméstica e de gênero. Nesses casos, o psicólogo pode atuar tanto na avaliação das vítimas, como em casos de violência contra mulheres e crianças, quanto no tratamento e acompanhamento de agressores. Sua atuação é fundamental para a identificação de fatores de risco, a elaboração de medidas preventivas e a promoção de políticas públicas voltadas para a proteção de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Estudos indicam que a atuação do psicólogo em conjunto com outras áreas do sistema

de justiça, como a assistência social e a segurança pública, pode contribuir significativamente para a redução da reincidência de comportamentos violentos e a proteção das vítimas (Carneiro, 2016).

Além de sua atuação direta em processos judiciais, o psicólogo jurídico também tem um papel educativo dentro do sistema de justiça. Sua expertise em saúde mental e comportamento humano pode ser utilizada para orientar magistrados, promotores e advogados sobre questões psicológicas que afetam o julgamento de casos. A orientação pode ocorrer por meio de consultas informais, pareceres técnicos, ou mesmo na participação em audiências e tribunais, onde o psicólogo fornece informações que ajudam a elucidar aspectos emocionais ou psicológicos que possam estar influenciando as partes envolvidas. A interação entre psicologia e direito é fundamental para garantir que o sistema de justiça seja mais humanizado e atenda às necessidades emocionais e psicológicas das pessoas envolvidas nos processos (Oliveira, Moreira & Natividade, 2020).

Dessa forma, as contribuições do psicólogo jurídico para o sistema de justiça são amplas e variadas, abrangendo desde a avaliação técnica de casos até a mediação de conflitos e a educação de profissionais do direito. A presença desse profissional nos tribunais e nas instituições ligadas ao sistema de justiça tem permitido decisões mais embasadas e equilibradas, com maior atenção às complexidades emocionais e psicológicas dos indivíduos envolvidos. Com isso, a atuação do psicólogo jurídico não apenas fortalece o sistema de justiça, como também contribui para uma sociedade mais justa e humanizada.

A prática do psicólogo jurídico envolve uma série de aspectos éticos e desafios inerentes à sua atuação no sistema de justiça. Como profissional que opera na intersecção entre a psicologia e o direito, o psicólogo jurídico lida frequentemente com questões que envolvem a privacidade, o sigilo e o impacto das suas avaliações e pareceres nas vidas das pessoas envolvidas. A ética, nesse contexto, assume um papel central para garantir que a prática psicológica seja conduzida com respeito aos direitos humanos, à dignidade dos indivíduos e ao compromisso com a justiça (Souza & Santos, 2013).

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) estabelece diretrizes que orientam a conduta do psicólogo em todas as suas áreas de atuação, incluindo a jurídica. Um dos princípios mais relevantes é o sigilo profissional, que exige do psicólogo a proteção das informações obtidas em sua prática. No contexto jurídico,

essa questão se torna ainda mais delicada, pois as informações coletadas pelo psicólogo em suas avaliações podem ser determinantes para o julgamento de um caso, sendo frequentemente solicitadas por juízes e advogados. O psicólogo, portanto, deve equilibrar o dever de manter o sigilo com a necessidade de fornecer informações que possam contribuir para a tomada de decisões judiciais justas.

Outro aspecto ético fundamental é a imparcialidade, o psicólogo jurídico precisa atuar de forma objetiva e neutra, evitando qualquer tipo de influência externa que possa comprometer sua avaliação ou parecer. Contudo, em um ambiente judicial, onde as pressões por resultados podem ser intensas, manter a imparcialidade pode ser um grande desafio. Em muitos casos, o psicólogo é solicitado a emitir laudos que podem favorecer uma das partes em conflito, como em disputas de guarda de crianças ou em avaliações de sanidade mental de réus. Nesse sentido, o compromisso com a imparcialidade exige uma postura ética rigorosa, pautada em evidências científicas e na integridade profissional (Santos & Nascimento, 2021).

Além do sigilo e da imparcialidade, o psicólogo jurídico enfrenta o desafio de lidar com a complexidade dos casos que chegam ao sistema de justiça. A diversidade de contextos, como violência doméstica, crimes violentos, disputas familiares e questões relacionadas à saúde mental, coloca o psicólogo diante de situações que exigem uma sensibilidade ética elevada. A avaliação de vítimas de violência, por exemplo, requer uma abordagem cuidadosa que leve em consideração o trauma psicológico sofrido, sem reificar ou minimizar a experiência da vítima. O psicólogo deve fornecer uma avaliação objetiva que possa ser utilizada no processo judicial, mantendo-se dentro dos limites de sua competência técnica (Souza & Santos, 2013).

Um desafio adicional é o potencial conflito entre os princípios éticos da psicologia e as demandas legais do sistema de justiça. Enquanto a psicologia se fundamenta na promoção do bem-estar psicológico e na proteção da integridade emocional dos indivíduos, o sistema de justiça busca resolver conflitos e aplicar sanções legais de acordo com o que é considerado justo perante a lei. Essa tensão pode gerar dilemas éticos para o psicólogo jurídico, que precisa conciliar essas duas lógicas em sua atuação. Em casos em que o psicólogo é solicitado a participar de procedimentos que ele considera contrários aos princípios da ética psicológica, como a imposição de medidas que podem prejudicar emocionalmente uma das partes, o profissional deve avaliar sua participação e os impactos de sua intervenção (Souza & Santos, 2013).

Em suma, a prática do psicólogo jurídico está repleta de aspectos éticos e desafios que exigem uma postura ética clara e uma constante reflexão sobre a prática profissional. A resolução de dilemas éticos na interface entre psicologia e direito requer não apenas uma sólida formação acadêmica, mas também uma postura crítica e comprometida com os valores da ética psicológica. O psicólogo jurídico, ao enfrentar esses desafios, desempenha um papel crucial para garantir que o sistema de justiça considere, de maneira justa e humanizada, as complexidades psicológicas dos indivíduos envolvidos (Santos & Nascimento, 2021).

A interdisciplinaridade entre psicologia e direito tem se mostrado uma das abordagens mais ricas e necessárias para lidar com a complexidade das questões humanas que permeiam o sistema de justiça. O psicólogo jurídico, como profissional que atua nesse limiar, contribui significativamente para a compreensão de questões psicológicas que influenciam comportamentos e decisões legais. Ao integrar as duas áreas, o psicólogo oferece uma visão mais holística, considerando não apenas as normas e regras jurídicas, mas também os aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais dos indivíduos envolvidos em processos judiciais.

A interdisciplinaridade se dá, principalmente, pela necessidade de lidar com situações em que o conhecimento psicológico é fundamental para o entendimento dos fatos e para a aplicação da justiça. Questões como a avaliação de testemunhos, a avaliação da sanidade mental de réus, a guarda de menores em disputas familiares, a mediação de conflitos e a proteção de vítimas de violência, envolvem tanto o direito quanto a psicologia. O papel do psicólogo é fornecer uma compreensão mais aprofundada do comportamento humano, de forma que suas avaliações e laudos possam auxiliar juízes, promotores e advogados a tomarem decisões mais informadas e justas (Mesquita & Cerqueira, 2022).

Um dos principais desafios da interdisciplinaridade entre psicologia e direito é a diferença metodológica entre as duas áreas. O direito é normativo e prescritivo, baseando-se em leis, códigos e jurisprudências, enquanto a psicologia é descritiva e interpretativa, focando na compreensão dos fenômenos humanos de maneira científica. Essa distinção de abordagem pode gerar tensões na prática profissional, já que o sistema jurídico busca respostas objetivas e definitivas, enquanto a psicologia oferece interpretações baseadas em variáveis subjetivas e contextuais. Portanto, um dos principais desafios da prática interdisciplinar é encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas abordagens, de modo que os resultados sejam benéficos para o

sistema de justiça e para os indivíduos envolvidos (Martins, Lima, Sá & Vasconcelos , 2022).

Além disso, a interdisciplinaridade entre psicologia e direito requer que o psicólogo jurídico tenha um conhecimento básico das normas jurídicas que regem a atuação nos tribunais, nas varas de família, nos presídios e em outras esferas do sistema de justiça. Esse conhecimento é necessário para que o psicólogo compreenda o impacto que suas avaliações e pareceres podem ter nos processos judiciais. Por outro lado, é igualmente importante que os operadores do direito, como juízes e advogados, possuam ao menos uma noção básica de psicologia, para que possam interpretar corretamente os laudos e pareceres psicológicos e utilizá-los de maneira adequada nos julgamentos. Essa troca de conhecimentos entre as áreas é essencial para que a prática interdisciplinar seja efetiva e produza os resultados esperados.

A prática da psicologia jurídica mostra que a integração de saberes proporciona uma visão mais humanizada das situações enfrentadas no âmbito legal. Por exemplo, em casos de disputas de guarda de menores, o psicólogo jurídico pode fornecer *insights* sobre as condições emocionais e psicológicas das crianças e dos pais, de modo que o juiz possa tomar uma decisão que leve em conta não apenas os aspectos legais, mas também o bem-estar emocional dos envolvidos. Em processos criminais, a atuação do psicólogo pode ser fundamental para a avaliação da sanidade mental de um réu ou para a análise de traumas vivenciados por vítimas de violência. A psicologia oferece, nesse sentido, uma compreensão mais ampla do ser humano, que complementa o rigor normativo do direito (Medeiros et al., 2024).

Portanto, a interdisciplinaridade entre psicologia e direito se configura como uma prática indispensável para a promoção da justiça em contextos que envolvem questões psicológicas e emocionais. A presença do psicólogo no sistema de justiça, oferecendo avaliações, pareceres e mediações, contribui para uma tomada de decisão mais equilibrada e justa. No entanto, essa prática exige uma constante atualização e troca de conhecimentos entre as áreas, além de um compromisso ético rigoroso, para que a atuação conjunta possa efetivamente beneficiar todos os envolvidos nos processos judiciais.

5 CONCLUSÕES

Com base na análise desenvolvida, conclui-se que a identidade profissional do psicólogo jurídico no Brasil está profundamente ligada à complexa articulação entre saberes psicológicos e jurídicos, exigindo desses profissionais uma formação sólida, postura ética e sensibilidade diante das múltiplas dimensões humanas que atravessam os processos judiciais. A atuação do psicólogo jurídico tem se mostrado fundamental para a promoção de uma justiça mais equânime, ao oferecer subsídios técnicos que aprofundam a compreensão dos fatores subjetivos envolvidos em disputas legais, como nos campos do direito de família, penal e civil.

A contribuição do psicólogo jurídico se manifesta tanto na elaboração de laudos e pareceres psicológicos quanto na mediação de conflitos e na orientação de operadores do direito, promovendo decisões mais informadas e humanizadas. Apesar dos avanços, ainda persistem desafios importantes, como a delimitação clara de suas competências, a articulação efetiva com outros profissionais do sistema de justiça e a consolidação de sua identidade profissional diante das exigências éticas e institucionais. Além disso, é necessário fortalecer a formação específica na área e promover maior valorização institucional de seu papel.

Dessa forma, é essencial investir na formação continuada desses profissionais, no fortalecimento de sua representatividade institucional e na valorização do diálogo interdisciplinar entre psicologia e direito. O reconhecimento e a consolidação da identidade do psicólogo jurídico não apenas qualificam sua prática, mas também contribuem para um sistema de justiça mais sensível às nuances do comportamento humano e comprometido com o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

- Carneiro, A. M. (2016). *A trajetória da psicologia jurídica: avanços e desafios no contexto brasileiro*. João Pessoa: Instituto de Educação Superior da Paraíba. Recuperado de: <https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/a-trajetoria-da-psicologia-juridica.pdf>.
- Cavalcante, P. R. (2020). *Saúde mental e sistema de (in)justiça: buscando caminhos para práticas de cuidado e garantia de direitos a partir da Defensoria Pública*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília: CFP. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.

- Ferreira, L. A. (2024). Processos de escrita em processos: uma pesquisa cartográfica narrativa em psicologia jurídica. *Unisanta Law and Social Science*, 13(1), 150-170. Recuperado de: <https://periodicos.unisanta.br/LSS/article/view/957>.
- Forlin, J. V.; Baade, J. H. (2022). Contribuições da psicologia jurídica na mediação de conflitos laborais na sociedade do século XXI. *Extensão em Foco*, 10(1) 32-46. Recuperado de: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/2900>.
- Lemes, S. C.; Ferreira, V. R. T. (2021). O laudo psicológico na justiça: uma análise da qualidade dos laudos periciais. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 23(2). Recuperado de: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/13393>.
- Martins, P. B.; Lima, Q. H. S.; Sá, P. A. R. ; Vasconcelos, T. T. (2022). Aspectos psicológicos e jurídicos envolvidos na alienação parental: uma revisão sistemática. *Revista de Psicologia*, 13(2), 26-40. Recuperado de: <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/71824>.
- Medeiros, D. A.; Araújo, J. F.; Ramalho, J. A.; Santos, W. A.; Diniz, G. L. (2024). Entre a mente e a lei: a ascensão da psicologia jurídica e suas bases éticas. *REDES-Revista Educacional da Sucesso*, 4(2), 412-428.
- Mesquita, K. S. de; Cerqueira, G. L. C. (2022). As contribuições da terapia cognitivo comportamental na psicologia jurídica: varas de família. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(2) 476-484.
- Moreira Jacob, G.; Sobral, O. J. (2024). Psicologia jurídica na contemporaneidade: contribuições e desafios. *Revista Científica da UniMais*, 22(1), 111– 127. Recuperado de: <https://revistas.facmais.edu.br/index.php/revistacientificafacmais/article/view/191>.
- Muniz, M. P.; Nascimento, R. C. A. (2008). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 171-178. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/NrH5sNNp4td4mdxy6sS9yCMM/>.
- Nakamura, C. R.; Melo-Silva, L. L. (2023). Identidade profissional do psicólogo judiciário: um estudo sobre configurações identitárias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43(e261750), 1-15. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/WMgrrCjPf9gcJxP4rNBjL/?format=pdf&lang=pt>.
- Oliveira, R. G. de; Moreira, L. E.; Natividade, C. (2020). Saberes e fazeres da psicologia social no campo da justiça e dos direitos. *Psicologia Social na Trama*, 21. Recuperado de: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/a2b43521-7622-41a6-b73f-5c713df13a33/content>.
- Santos, M. E. P.; Nascimento, J. S. (2021). A importância da atuação do psicólogo jurídico nas varas de família: uma experiência de estágio básico em psicologia jurídica. *Humanidades & Inovação*, 8(51) 365-374.

- Schutz, D. M.; Souza Neto, Z. G. D.; Farina, M.; Irigaray, T. Q. (2023). Mediação de conflitos familiares. *Psico*, 54(1), 236-481. Recuperado de: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/36481>.
- Silva, E. A S.; Pinto, G. P. (2024). Psicologia jurídica: atuação no direito penal em casos de psicopatia no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(5), 2123-2143.
- Souza, D. G.; Santos, M. L. S. (2024). O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 339-347. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/MZKbkNhpDwzgVjwQ8PYkhDy/>.